



FEMINISMO DESCOLONIAL E RELIGIÃO EM DIÁLOGO

Entrevista com Anete Roesse

Por Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha*

Os estudos referentes ao Feminismo Descolonial nas academias latino-americanas compõem um tema novo, que começa a figurar e auferir relevância aos conteúdos acadêmicos. Cada país, ao seu modo e interesse, tem procurado expandir as elaborações acerca dessa chave epistêmica que permite uma leitura a partir dos saberes e experiências locais. Ao que concerne ao Brasil, este estudo ainda encontra-se incipiente e subdesenvolvido. Há poucas pesquisas que enunciem e enfatizem esta ferramenta teórica metodológica, sobretudo, na sua relação com o fenômeno religioso.

Uma das principais vozes desse conceito é a filósofa e feminista argentina María Lugones, radicada nos Estados Unidos. É atribuído por essa autora o nome Feminismo descolonial, vertente que emerge do arcabouço teórico dos estudos pós-coloniais. Apresenta-se como uma ferramenta alvissareira no âmbito dos estudos feministas, acadêmicos e, podemos estender, no âmbito dos estudos das religiões relativo à participação, à promoção, à visibilidade, à descoberta¹ e ao reconhecimento das mulheres. É um estudo que enuncia, bem como, denuncia, mulheres negras, lésbicas, indígenas, pobres que foram e são silenciadas e ocultadas por um padrão patriarcal, colonizador e hegemônico predominante.

As autoras e estudiosas do feminismo descolonial como: María Lugones, Yuderkis Minoso, Ochy Curiel, (ambas da República Dominicana),

* Graduada em Ciências da Religião, pós-graduada em Neuropsicologia Educacional, mestranda em Ciências da Religião pela UMESp. Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal.

¹ Referimos-nos ao encobrimento a que foram submetidos os povos originários da América Latina, conforme, sinalizou DUSSEL, Enrique, em seu livro: **1492: o encobrimento do outro. A origem do “mito da modernidade”**. Editora Vozes, 1993.



Rita Laura Segato (a última, é argentina, no entanto, há muitos anos vive no Brasil e é desde aqui que desenvolve suas pesquisas sobre tal temática), entre outros nomes, propõem com este estudo, dar voz e divulgação ao pensamento e narrativas nunca contadas ou apresentadas pela história oficial de mulheres alocadas no Sul do mundo. A partir do feminismo descolonial, emergem autoras que procuram, a partir do seu lugar de fala, oferecer novas formas de leitura e olhar sobre a situação da mulher nas relações sociais, afetivas, religiosas etc, e lançar luzes e ações que conduzem à descolonialidade.

Nesse sentido, conversamos com a teóloga, psicóloga e estudiosa do Feminismo Descolonial, Anete Roese. Atualmente, realiza Estudos de Pós-Doutorado na Universidade de Brasília, UNB/FCE-UNB no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, sob a supervisão da Profa. Dra. Rita Laura Segato; onde integra o Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos, na linha de pesquisa Raça, Racismo, Etnicidade, Religião, Colonialidade e Formação de Alteridade. Criou o Grupo de Pesquisa sobre Psicologia da Religião da PUC/MG. É Fundadora e Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas GPFEM. Coordenadora do GT Religião e Relações de Gênero da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião); Coordenadora do GT Psicologia da Religião da ANPTECRE (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião). É revisora da revista de estudos feministas *Mandrágora* (UMESP), *Revista Caminhando* e *Revista Estudos de Religião*, da UESP, da NUMEN, *Revista de Estudos e Pesquisa da Religião* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF e da PLURA, *Revista de Estudo de Religião da ABHR*; compõe o Conselho Editorial da Editora EST.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: Em que contexto surge o Feminismo Descolonial?

Anete Roese: A perspectiva descolonial surge na América Latina como uma frente de diálogos que confrontam e enfrentam as teses e pressupostos eurocêntricos. A crítica ao feminismo ocidental, hegemônico, eurocêntrico, burguês, de onde temos importado saberes



acadêmicos por longa data, é uma questão fundamental no feminismo descolonial. Ou seja, aproximar o feminismo da perspectiva descolonial implica a descolonialidade do próprio feminismo latino-americano. Trata-se da ruptura epistemológica e política com o feminismo estatal, institucional, branco e heterossexual, para fazer uma leitura feminista desde o lugar das mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas, com suas experiências, conhecimentos, necessidades e visões de mundo. Está implícito aí o sujeito do feminismo, que parece tão evidente, claro que era a “mulher”, a mulher generalizada a partir da mulher branca, heterossexual de classe média. A reviravolta do feminismo descolonial evoca a crítica ao sistema colonial, incluindo o feminismo dominante.

São as feministas negras, as feministas lésbicas, as feministas dos movimentos populares, do feminismo comunitário, as feministas indígenas as protagonistas do feminismo descolonial na América Latina. É um feminismo que, como disse, parte dessa crítica a um feminismo dominante e propõe que a matriz de dominação é mais ampla e complexa que apenas a dominação de gênero, e essa não pode ser tomada de modo isolado. Entende que é necessário considerar a interconexão dos sistemas de dominação como o de raça, de sexualidade, de classe e sexo. Como se vê, não se trata de um feminismo totalmente novo, de algo que nunca ouvimos falar. Sabemos que as feministas negras já falavam desse tipo de conteúdo nos anos 1980-1990, as lésbicas também, mas as feministas de hoje, relendo esses textos e movimentos, associando com o que temos hoje percebem que a ideia descolonial já estava presente lá.

Digo que é uma reviravolta, é uma virada epistêmica, porque veja, Julieta Paredes, do feminismo comunitário da Bolívia, diz que, sim, elas reconhecem o valor do feminismo ocidental, mas que elas querem fazer o seu próprio feminismo desde a Bolívia. E dá um exemplo muito interessante ao explicar como o feminismo europeu não se aplica ao contexto de grande parte das mulheres da Bolívia. O feminismo ocidental parte da noção de mulher como indivíduo diante do homem-também indivíduo. Indivíduo igual ou diferente do homem, falando do feminismo da igualdade e da diferença. Bem, isso não é possível na Bolívia onde a ideia de comunidade é mais forte do que a de indivíduo. E Paredes diz



simplesmente que elas não querem se pensar em relação aos homens, mas que querem se pensar como mulheres e homens em relação à comunidade. De fato, esta é uma outra versão de feminismo. Mostramos como pensar um feminismo a partir das nossas necessidades, sem importar temas e teorias prontas. Ademais, não é um feminismo que se faz desde os indivíduos mulheres, que afirma que primeiro as mulheres precisam se libertar para depois poder incluir eventualmente os homens na conversa. O feminismo comunitário é um movimento de comunidade, envolve todo mundo. Paredes considera que comunidade é ou pode ser qualquer grupo de pessoas, pode ser de amizade, de igreja, de clube, comunidades de bairro, comunidades rurais... Pensar desde uma lógica comunitária é uma alternativa à sociedade individualista, diz Julieta. Exemplifico assim, porque me ocorre isso que Paredes relata para dizer de um modo mais prático, como se dá o processo de ruptura com ideias e categorias europeias e o surgimento de um feminismo descolonial.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: O que é o Feminismo Descolonial? Quais são seus objetivos ao propor uma leitura feminista antirracista e contra-hegemônica, a partir de mulheres negras, pobres, indígenas e lésbicas?

Anete Roese: É bastante evidente que o viés ou teoria de gênero, a análise, a epistemologia, a hermenêutica de gênero têm bastado para o feminismo branco, que o aplica de modo universal – como teoria que basta para todas as mulheres de forma generalizada, e como teoria única para dar conta da leitura do problema da “mulher”. O feminismo branco, não raro, tem se posicionado de forma autoritária ao excluir reflexões mais contextualizadas desde as mulheres de um continente como o latino-americano, que são em ampla maioria negras, índias, pobres, e que são lésbicas, de várias religiões... Ademais, uma característica do feminismo branco e hegemônico é sua negação histórica de diálogo com as mulheres negras, indígenas, lésbicas, bem como, com os homens, repercutindo com isso o suposto binarismo natural, biológico, nas relações de poder sociais e históricas de raça, classe, gênero e sexualidade. Feministas descoloniais fazem análises distintas sobre as relações de



gênero no mundo pré-intrusão colonizadora na América Latina, desde o entendimento de que não havia hierarquia de gênero nos povos até o entendimento de que o que se dava era um patriarcado de baixa intensidade (LUGONES: SEGATO). Mas há uma compreensão clara de que com a colonização se cria a ideia de raça e a diferença racial, como sustenta Quijano, como também se cria a ideia de gênero, a diferença aguda, o binarismo de gênero. Nesse processo, os homens colonizados, se antes viviam em sociedades com outra organização social de gênero ou em um patriarcado de baixa intensidade, agora se tornarão pouco a pouco herdeiros da ideia de poder masculino dominador. Como bem observa Breny Mendoza, é necessário reconhecer inclusive o processo colonizador pelo qual também os homens se submeteram e foram submetidos a fim de garantirem certo controle de suas sociedades. Com isso não se exclui o reconhecimento de que os homens dos povos colonizados foram assediados pelos colonizadores no projeto de colonização de gênero, tampouco os privilégios que foram adquirindo ao se aliam aos colonizadores. Também não se deixa de reconhecer quão privilegiadas e aliadas foram e são as mulheres brancas e heterossexuais aos homens brancos no processo de colonização e na colonial modernidade.

Uma problematização mais complexa das relações é um avanço do feminismo descolonial. Não é mais possível falar de gênero de modo isolado, fora da história dos países colonizados com a marca da invenção da raça e o aprofundamento das divisões de classe e das diferenças criadas. A ideia de gênero, o binarismo de gênero, a diferença hierarquizada e profunda, é uma criação da intervenção colonizadora, que é possível por meio de uma aliança política, econômica e religiosa. Base da teoria de Quijano, da colonialidade de poder, é a criação da ideia de raça, sustentação de toda maquinaria de sujeição de povos. Feministas veem como generalizante a visão de Quijano por não incluir a compreensão, a criação, da ideia da diferença aguda de gênero também estratégica para viabilizar a dominação. Quijano trabalha com a ideia de raça e classe, e no feminismo descolonial, avança-se para uma interseccionalidade entre raça, gênero, classe, sexualidade, sem as quais não é possível ter um conhecimento amplo e consistente de uma sociedade.

Podemos dizer que o feminismo descolonial é um conjunto de produções de várias áreas, frentes, são práticas, reflexões, movimentos



antes subjugados pela supremacia das abordagens de cunho ocidental hegemônicas, que agora se levantam e aparecem. Feministas negras, indígenas, lésbicas, feministas não acadêmicas, de movimentos comunitários e populares, grupos historicamente ausentes da academia formal, têm produzido reflexões críticas e têm um papel fundamental na crítica das epistemologias eurocêntricas, modernas e ocidentais, e na apresentação de outros conteúdos de reflexão.

O feminismo descolonial, então, se volta ao saber comunitário, integra os feminismos locais, para além do feminismo clássico forjado nas academias, cujo padrão de produção se afilia e compartilha fortemente dos conhecimentos aceitos internacionalmente por academias integradas aos padrões europeus e norte-americanos. Superar esse padrão de conhecimento de ordem colonial e patriarcal significa tomar como verdades saberes locais, o que implica outras epistemologias.

Olhar para o passado, re-conhecer, conhecer para reaprender, as experiências de ruptura com o padrão hegemônico, sem que esse passado seja julgado por um viés romântico, nem mesmo como sendo um passado absurdo de opressão. Isso significa vencer a visão futurista do feminismo branco, com sua visão catastrófica do passado. Porque o passado não é somente a história do passado das classes brancas, o passado implica também a história dos povos negros e indígenas que não tinham as mesmas organizações sociais de raça, gênero, classe, sexualidade. Esta é uma chamada importante das feministas negras e indígenas que contam a vida de seus povos desde a visão pré-intrusão colonial.

Diferentes e várias autoras que trabalham com a frente de conhecimentos e saberes do feminismo descolonial nos convocam para algo que faz um imenso sentido nesta hora em que estamos, em um processo de desmonte de direitos no Brasil e em outros países da América Latina, que é o exercício da micropolítica. Isso significa retecer redes rompidas na colonial modernidade, sejam elas de vizinhança, ou redes de relações de gênero – como as redes entre mulheres e homens (que também foram afrontadas por feminismos agressivos). Trata-se de apostar nas pequenas comunidades de afinidade, como diz Silvia Cusicanqui, pequenos grupos e seu papel inventivo – pois os pequenos grupos funcionam como microssociedades. Nesta hora na qual precisamos re-



pensar ideias e ações estabelecidas e que erroneamente consideramos que dariam conta de resolver os nossos problemas a longo prazo, seja na política nacional, na religião ou nas questões de gênero, que agora vemos esgotadas, é o momento de se voltar ao local e retercer vínculos e comunidade a partir dos pequenos grupos e desde os saberes, conhecimentos e práticas que rompem com o padrão colonial moderno, com sua lógica avassaladora e destrutiva. Retomar uma ética antiga da confiança nas relações, a retomada do zelo dos vínculos comunitários, resgatar e nos reapropriar de práticas comunitárias que ainda são justas e inclusivas. O contra-hegemônico trata disso. Implica retomar religião desde o modo de fazer religião das mulheres neste momento da História. Mulheres encontraram fissuras nos discursos globalizantes das teologias e religiões patriarcais afinadas com a colonial modernidade e sua lógica excludente e escravizante – que afasta mulheres do âmbito do sagrado e cria leis moralizadoras sobre o corpo da mulher. Ao lado disso, há um modo de fazer religião protagonizado pelas mulheres no Brasil, que rompe com o discurso oficial. Elas estão fazendo religião ao seu modo, um modo “doméstico”, pautada em vínculos reais, em proximidade, e na retomada da autonomia e da autoridade de sua relação direta com Deus. O argumento de que o sacerdócio para as mulheres não é bíblico é suplantado por elas com o argumento de um chamado de Deus para o sacerdócio. Finalmente, as mulheres falam novamente diretamente com Deus. Ou seja, não tratam mais com os homens o direito ou a licença para circular no âmbito do sagrado. Aprendi com as mulheres que fundam suas próprias igrejas, com as mulheres negras sacerdotisas das religiões de matriz africana, com as mulheres benzedeadas a não separar a religião, ou o espiritual, do doméstico. Porque as mulheres fazem e precisam de religião na vida cotidiana, de uma religião prática – que seja real, que dê forças, cura, esperança. Elas rompem com as religiões de grandes discursos, palavras rebuscadas, grandes templos, dominadas pelos homens e por lógicas iguais as do capital. Com a antropóloga Rita Segato aprendi que um caminho para a política é justamente domesticar a política. Ou seja, introduzir na política a antiga lógica doméstica, com sua ética desde o modo como as mulheres gerenciam a casa, no sentido da gestão de vínculos, de proximidade, longe da abstração burocrática e



das distâncias protocolares. Isso faz sentido se voltamos ao que diz Silvia Cusicanqui sobre a volta aos saberes comunitários, formação de redes onde podemos experimentar outros modos de fazer as coisas e ensaiar novamente outra política, outra religião que não estas dominantes.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: Como se encontra na academia brasileira os estudos sobre o Feminismo Descolonial? Quem são as autoras e autores? Qual a produção?

Anete Roese: Vejo pesquisas em andamento, trabalhos sendo apresentados em congressos e, aos poucos, congressos que se ocupam com o campo de estudos das teorias descoloniais. No entanto, especificamente, com o tema do Feminismo descolonial me parece que pouco tem sido feito. Parece-me que o Brasil está distante de outros países nos quais se organizam eventos importantes com o tema.

Eu organizei um evento em 2015 com a temática. Nesse evento, como muitas pessoas sabem, simpatizantes e integrantes da Opus Dei se fizeram presentes de forma organizada em todas as atividades e publicaram uma matéria internacional com denúncias a várias instâncias, em especial a professora Rita Segato, convidada do evento. Ou seja, a perseguição, logo assim que começamos a discussão de forma mais organizada. No evento estavam representados vários grupos, debates e movimentos, inclusive os não acadêmicos. Certamente a repressão visualizou bem isso. Já estava em processo o impeachment de Dilma Rousseff, e toda a direita política-religiosa e conservadora estava começando a sentir que tinha poder.

De todo modo, eu via que no Brasil estávamos muito distantes do que se podia ler e ver acontecendo desde outros e vários países da América Latina no que tange ao feminismo descolonial. A professora e pesquisadora da UnB, antropóloga Rita Laura Segato, é um grande nome quando falamos do tema no Brasil, com amplas e sérias pesquisas, com muitas publicações. Rita é natural da Argentina e vive há algumas décadas no Brasil. Grande parte de suas publicações é em espanhol. Rita escreveu *Las estructuras elementales de la violencia*; *La guerra contra las mujeres*; *La nación y sus otros*; *La crítica de la colonialidade en ocho*



ensayos, e outros livros e muitos artigos. Penso também que a profa. Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, com toda sua obra e protagonismo já escrevendo desde uma perspectiva interseccional muito cedo, se insere no que se pensa como feminismo descolonial. Sueli escreveu *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, e inúmeros artigos.

No Brasil, temos um desafio que lamentavelmente é consequência da colonização e da colonial modernidade que nos torna um país com tantas pobreza. A educação é um dos mais graves, que não nos ensinou a habilidade de ter fluência em outras línguas, nem mesmo o espanhol para uso na academia. Por esta razão, não temos sequer leitoras e leitores eficazes nessa língua, o que nos isola da produção feita em solo latino- americano. A outra questão é que, como país colonizado e em contínua colonialidade, nos submetemos à colonialidade do saber europeu e norte-americano, e queremos consumir o que nos ditam os que nos colonizaram.

De todo modo, quero mencionar mulheres à frente de movimentos e autoras que fazem brilhar o feminismo descolonial na América Latina, com as quais devemos dialogar, as quais devemos ler, conhecer o que fazem. Silvia Rivera Cusicanqui – Bolívia; Julieta Paredes – Bolívia; Ochy Curiel – afrodominicana; Yuderkys Espinosa Miñoso – República Dominicana/Colômbia; María Lugones – Argentina/EUA; Rita Laura Segato – Argentina/Brasil; Catherine Walsh – EUA/Equador; Breny Mendoza – Honduras/EUA.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: O que o Feminismo Descolonial propõe ou agrega, ao movimento feminista, aos estudos feministas, e aos estudos da religião com foco feminista?

Anete Roese: Vejo o feminismo descolonial como uma nova onda feminista crítica. Trata-se de um feminismo que se produz desde a América Latina, mas não somente aqui, superando a onda de um feminismo branco, burguês, liberal, acadêmico, institucional, que ocupou boa parte do espaço do movimento feminista nos últimos anos. Isso significa muito, pois dito de outro modo, o descolonial remete à repetição



do padrão colonial até os dias atuais, agora, no entanto na forma de uma colonialidade moderna, aliada ao Estado moderno. A colonização está superada, segundo o entendimento das teorias descoloniais, mas a colonialidade continua e está presente na subjetividade. Ou seja, a colonialidade está presente no racismo, no sexismo, na sociedade de classes; está presente na morte de jovens negros, nos estupros e no feminicídio, nos baixos salários pagos e na pobreza das mulheres negras, na perseguição e morte de mulheres lésbicas, homens gays e no assassinato de transexuais.

O feminismo descolonial é novamente um feminismo que vem da base, vem com a força de grupos antes relegados pelo feminismo branco, heterossexual, que ocupou os espaços institucionais e cuja centralidade era garantir leis, espaço no poder público (cuja importância não pode ser negada). Vem com a reflexão e a experiência das mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres da América Latina, vem com o feminismo dos pequenos grupos e suas demandas, vem com o feminismo comunitário.

Aqui estou lembrando da Yuderkys Minõso, que nos chama a atenção para que se observe as novas gerações de feministas que vêm com discursos que repercutem o viés do feminismo liberal. A radicalidade e a crítica do movimento se perdem com a sensação de garantia de direitos uma vez fazendo parte do Estado, quando se confunde o movimento com o próprio Estado – que hora se revela perverso. O Estado, como um dragão, consome ele mesmo por meio do poder de ordem colonial, em versão moderna, os direitos que reconhece. Bem pontua Rita Segato, quando diz que o Estado tira com uma das mãos o que ofereceu com a outra. Vale destacar que a desconfiança do Estado é uma forte tônica do feminismo descolonial – e que não vem de agora. É uma suspeita, que funciona como uma hermenêutica da feminista de suspeita do Estado, e logo, como uma profecia feminista, uma hermenêutica feminista profética solicita a retirada da confiança no Estado e a aposta nos movimentos de mulheres, nos agrupamentos pequenos, nas experiências de confiança mútua. É uma retirada dessa ingênua confiança no Estado, cuja ação, desde os tempos da colonização tem sido de “rapinagem (de ‘rape’, em inglês, estupro) das mulheres”. A rapinagem está presente



na ação do Estado, que ávido, atento aos movimentos das mulheres para que nunca lhe sejam concedidos direitos “à toa”. Pela ação eficaz da sua passividade com os estupros e feminicídios para que façam parte de uma suposta cultura que se consome a vida, os direitos das mulheres negras, dos homens negros-sobretudo jovens, das lésbicas, de transexuais, das mulheres indígenas e tantos outros grupos. Assim o Estado é eficaz em sua contínua colonialidade.

Então, quando penso no Estado colonial moderno, também penso na religião que colonizou povos, que foi protagonista no processo de colonização e foi e é responsável pelas ações de estupro e morte de mulheres e homens dos povos que aqui viviam, e depois pelos negros que foram trazidos. É responsável pelo extermínio e escravização de povos no processo de colonização e na colonial modernidade. Assim, e aqui temos que falar do cristianismo, pois estamos no Brasil, trata-se de que esta religião se modernizou, participa da era moderna e compartilha com o Estado colonial moderno a posição de rapinagem moral, econômica, política, religiosa contra povos e pessoas – mulheres e homens-negras, indígenas, pobres, jovens, LGBTTs.

Agora, vejo que o feminismo descolonial nos coloca desafios novos e necessários diante do atual contexto. Um deles, a meu ver, é nos situar no Brasil, pensar feminismo desde o Brasil. Isso implica em movimentos, pequenos movimentos, como fazer parcerias com mulheres, grupos de mulheres, pequenos e minúsculos movimentos de mulheres, pequenas políticas, pequenas parcerias sem ligações com o Estado e o feminismo estatal. Outro desafio é nos situar e ressituar com o movimento feminista na América Latina e suas produções: produções aqui não significa especificamente a produção acadêmica – associada a um poder significativo e dominante, mas movimentos, modos de fazer feminismo na América Latina; outro desafio é a construção de pactos políticos entre feministas de vários contextos – quem chama a atenção para esse desafio é Ochi Curiel, que também aponta para a necessidade de superar o preconceito com o que se chama de ativismo feminista e que não pode ser base de reflexão acadêmica porque não está publicado. Superar o academicismo feminista, herdeiro da academia do pensamento euro, hétero e etnocêntrico, cujo espaço é de supremacia



masculina e que em boa medida sequer suporta mulheres muito menos o pensamento feminista.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: Quais as contribuições do Feminismo Descolonial para os estudos da religião? Tem contribuído para repensar o papel da mulher no interior das instituições religiosas?

Anete Roesse: As contribuições são muitas, a meu ver. No entanto, é necessário que essas reflexões pautem as pesquisas e os movimentos no interior das religiões e na academia, ou seja, é preciso ainda uma apropriação muito mais consistente. Mas isso não é fácil, pois vemos ainda uma resistência grande em tomar como referência e teoria o que se produz na América Latina. Ainda sofremos do eurocentrismo e do que vem do norte, sofremos como país colonizado que fomos, hoje sofremos com o domínio da colonial modernidade, em especial no que diz respeito à “colonialidade do saber”. Somos os conquistados pelo saber que vem dos que nos dominaram e ainda nos dominam. Rita Segato, inclusive, cria o termo “conquistualidade”, por entender que expressa melhor que colonialidade o fato de que, com base nos eventos violentos em grande escala, e também pela crueldade constante presente nos pequenos eventos, que a conquista nunca terminou. A compreensão de que a conquista nunca acabou é uma constatação de suma importância, apresentada por Quijano, no sentido de ajudar a compreender a necessidade do sistema patriarcal, de manter de modo ininterrupto a dominação, com o uso da violência – o método mais eficaz e cruel de manter o poder.

O patriarcado é um processo de conquista permanente-de “conquistualidade”. Segato se refere ao patriarcalismo como um sistema altamente letal para as mulheres, como o sistema de poder mais duradouro da humanidade – já existente desde antes da colonização e se estende e se afirma por meio do Estado moderno. Falar em “patriarcal colonial modernidade” dá uma ideia bastante completa de que há um sistema organizado de apropriação do corpo da mulher e que toma o corpo da mulher como colônia.

Vejo que o feminismo descolonial e as teorias descoloniais nos oferecem um largo campo de visão, reflexão, chaves para pensar des-



de o mundo pré-invasão, anterior à invasão colonizadora, no sentido da organização dos povos em termos das relações de gênero, classes, raças, sexualidades e outras formas de organização social, o período de colonização e o período posterior que dá continuidade a uma colonialidade, agora de forma reinventada, moderna. É necessário levar a sério o modo como o cristianismo participou disso e como se atualizou de modo a estar afinado com o Estado moderno, conservando discursos de ordem colonial, com a manutenção de estratégias de exclusão e dominação, acrítico ao sistema corrupto que se perfila na política e dentro do próprio cristianismo. O discurso religioso que não consegue se opor claramente a abismos sociais profundos coaduna com privilégios históricos, aprofundando-os. Dificilmente vemos enfrentamentos consistentes da violência de gênero, de raça, de classe dentro e a partir das igrejas. Os silêncios e as estratégias de exclusão são muito mais evidentes. Estamos diante de uma grande empreitada colonial moderna, cuja organização é patriarcal, estatal, empresarial e religiosa. A manutenção dessa parceria é possível justamente com o uso do meio da violência, isso inclui a criação da raça como algo biológico, da ideia de gênero como algo biológico, da classe. Os discursos que atualizam essas invenções passam por atos violentos que vão desde a manutenção estratégica da pobreza, do racismo, do sexismo. A nossa tarefa mais clara é o estudo de como as religiões participam disso.

Estudos feministas descoloniais apontam para os feminicídios e estupro como atos e discursos moralizadores. Ou seja, a violência é um discurso que funciona como discurso moralizador. E funciona muito bem, como sabemos, para colocar as coisas no lugar onde a velha moral conservadora gostaria. Participam dos discursos moralizadores todos aqueles que praticam violência, usam-na para alcançar objetivos de manutenção de uma ordem, um status social. Ou seja, homens que estupro participam do estabelecimento e do restabelecimento de uma ordem patriarcal de dominação masculina. A enorme incidência da violência contra mulheres negras e os baixos salários e os piores trabalhos reservados a elas são discursos que funcionam para manter a ordem colonial de escravização/subjugação de raça. Os altíssimos índices de homicídios de homens negros jovens seguem a mesma lógica.



Os dados que mostram que as mulheres são o grupo de pessoas mais pobres do mundo não nos permitem fazer análises sociais excluindo a categoria gênero. E os dados sobre as populações negras no Brasil e no mundo deixam claro que não é possível estudar religião na sociedade sem considerar essa intersecção. E os números que mostram que o Brasil é o país responsável por 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no mundo idem.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: O Feminismo Descolonial, enquanto método teórico que permite lançar outros e novos olhares para a pesquisa e a realidade empírica, tem contribuído para descolonizar a mulher no âmbito das tradições religiosas? Cite exemplos de ações consideradas descoloniais ocorridas nas tradições religiosas?

Anete Roese: Novas perspectivas, novos olhares, novas teorias sempre nos animam para novas práticas e outras compreensões sobre fatos antigos. O feminismo descolonial nos anima porque é um modo de fazer e pensar que nos dá um novo direcionamento para o feminismo na América Latina. Em especial, não se trata apenas de um campo teórico, pois nele se movem diferentes grupos, saberes e fazeres. Penso que um feminismo mais plural se impõe desde as perspectivas descoloniais – que são várias. O que podemos fazer no momento aqui no Brasil é justamente olhar para o passado e reinterpretar processos e olhar em nossa volta e observar como as mulheres se movem no interior e fora das religiões hoje.

Não dá para falar de um movimento explícito das mulheres no âmbito religioso hoje, mas me parece que em torno da virada do último milênio as mulheres têm protagonizado de forma esperta (desobediente e silenciosa) e sutil, modos de superar a colonialidade religiosa que as tornou reféns até a subjetividade por longos séculos – na Europa com a inquisição e aqui com a colonização e a permanente colonialidade desde então.

Nesse sentido, gosto do que María Lugones propõe, quando se refere à possibilidade que temos de apontar para as “subjetividades ativas”, que são aquelas práticas e movimentos que criam algo e supe-



ram a passividade. Ou como diz Segato, quando se refere às “brechas descoloniais” por onde algo pode acontecer. Encontram fissuras para articular a sua fé dentro da colonialidade religiosa e suas intersecções. No contexto religioso no Brasil, vejo que as mulheres estão articulando a sua fé com certa autonomia, abrem mão da religião quando esta não atende suas demandas, buscam realizar suas necessidades espirituais de forma a compor e se servir de diferentes práticas religiosas e crenças conforme a necessidade; buscam religião para satisfazer suas necessidades cotidianas e as de seus familiares, vizinhas e amigas quando necessário. Para as mulheres, a fé está diretamente relacionada com as demandas do cotidiano. Elas não buscam realizar sua fé por meio da ocupação de espaços de poder. Ou seja, buscam identificar lutas por autonomia, fissuras ou brechas que desarticulam a colonialidade moderna e eurocêntrica que prevalece no cristianismo presente na América Latina e determina os privilégios de raça, gênero e religião. Nesse sentido, chamam a minha atenção dois casos no Brasil que considero paradigmáticos para pensar o lugar das mulheres no cristianismo hoje. E que podem referenciar outros que possamos identificar.

Mas há muitos relatos tristes de mulheres que são líderes no interior de suas igrejas, muitas igrejas protestantes que supostamente ordenam mulheres para o sacerdócio, mas criam tantas dificuldades e sofrimentos para as mulheres que querem acessar o direito de serem ordenadas para esse sacerdócio que é humilhante, violento. As dificuldades criadas têm a ver com dificultar o acesso das mulheres a prováveis cargos de poder que elas possam exercer e nos quais os homens estão muito interessados. No mundo islâmico, como relata Sara Salem em seus textos, as mulheres enfrentam o descrédito das feministas ocidentais, cujo viés secularista não respeita a religiosidade delas. No âmbito das tradições religiosas de matriz africana, o sacerdócio de mulheres é uma realidade. Nos estudos que já temos no Brasil sobre igrejas que estão sendo fundadas por mulheres, temos um fato interessante, que é o caso de pastoras que fundam igrejas evangélicas e que no passado foram mães de santo. Elas fazem um sincretismo interessante ao meu ver, e os fiéis que a elas recorrem gostam disso, ao que parece. Essas pastoras trazem de suas tradições de matriz africana conhecimentos



que colocam em prática e criam uma nova teologia, outras liturgias e trazem de volta o elemento dos cultos afro antes demonizados nas igrejas dos pastores. Inúmeras igrejas fundadas por mulheres que vêm proliferando, que brotam de dissidências de lideranças que não encontram espaços em suas igrejas de origem; são muitas as mulheres que deixam de frequentar as suas igrejas; outras abandonam por completo suas igrejas ou tradições; há também mulheres que permanecem em suas tradições religiosas, mas com críticas; há mulheres que nelas permanecem sem críticas; e aquelas que criam novos espaços de vivência da espiritualidade, sem abandono da fé, mas com abandono das características patriarcais das suas igrejas de origem; e como diz Ivone Gebara, as mulheres combinam experiências religiosas e tradições fugindo da regra da única pertença, fazem as suas próprias sínteses e sincretismos, imprimindo um dinamismo e criatividade à sua vida de fé.

Em artigos já citei estes casos, mas lembro de novo aqui das Noivas do Cordeiro, a comunidade de maioria mulheres, do interior de Minas Gerais, elas rompem com toda forma de religião e religiosidade formal depois de sofrerem por um século toda forma de carência e exclusão sob a submissão a duas igrejas—uma católica e uma evangélica. Após cumprirem uma excomunhão de um século, elas decidem abandonar toda forma formal de religião. Agora, para elas, vale a fé sem religião. Sem a religião do Pai/pai, sem a religião do padre, sem a religião do pastor, sem a religião patriarcal. As mulheres que fundam suas próprias igrejas, das quais falei há pouco, fundam igrejas com o argumento teológico de que foi um chamado de Deus. Finalmente, confrontando o histórico argumento de que não é bíblica a ordenação de mulheres. Assim, enfrentam o argumento católico da tradição, o argumento evangélico da Bíblia. E usam o argumento da Reforma – de que sua ligação é direta com Deus, e o argumento pentecostal de que Deus fala, por meio do Espírito Santo. Finalmente, Deus fala diretamente com as mulheres e elas agora se comunicam diretamente com Deus! Diante desse argumento, não há teologia e argumento que possam impedir uma mulher de fundar sua própria igreja. Parece-me que está em questão outra forma de fazer religião, outra razão para se ter religião. Uma religião na casa, no mundo doméstico, de pequeno grupo, longe da religião dogmática e burocrática.



Os caminhos das mulheres de Noiva do Cordeiro e das pastoras que fundam igrejas também são caminhos, são sendas alternativas aos caminhos já sequestrados pela colonial-modernidade. Trata-se de um modo de voltar para a experiência comunitária e a partir dela tecer (retecendo) comunidade desde os “fragmentos existentes”, como fala Segato. Esse ato implica, então, também restaurar uma “religiosidade” ocultada, esquecida, dominada pela religião convencional. É uma maneira de fazer religião. Essa religião é feita no âmbito doméstico, amparada em vínculos, em demandas cotidianas de saúde, espiritualidade, harmonia. As mulheres negras/o povo negro nunca deixaram de fazer sua religião no âmbito doméstico – de exercitar uma religiosidade de vínculos, um modo vincular, próximo, não formal, ou hierárquico e burocrático. Essa forma de fazer religião no âmbito doméstico, pelas mulheres, está sendo resgatada no cristianismo pelas pastoras que fundam igrejas. Esse modelo, semelhante ao de comunidades do cristianismo primitivo é uma alternativa a esse cristianismo que se fundiu com a colonial modernidade.

As igrejas das pastoras, da ruptura das mulheres de Noiva do Cordeiro, as casas das sacerdotisas da religião de matriz africana, e aqui também podemos incluir as benzedeadas, funcionam como projetos “disfuncionais ao capital”, diz Segato, porque não coadunam com o projeto do capital. Enquanto boa parte das igrejas, movimentos religiosos e religiões são hoje projetos funcionais ao capital, ou seja, coadunam com o projeto colonial, moderno e capitalista, e colaboram com o projeto patriarcal – que integra a colonial modernidade e a lógica do capital, temos também os projetos disfuncionais ao capital. Rita Segato chama a atenção para isso, e diz que “retecendo” comunidade implica compartilhar um projeto distinto daquele do capital, funcional ao capital.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: Na perspectiva do Feminismo Descolonial, que avaliação você faz da participação de mulheres no cerne das religiões? Quais os avanços e rupturas que estas têm provocado nas religiões?

Anete Roese: Uma das estratégias do patriarcalismo religioso é o discurso – sua força, o poder da palavra, do gesto, do ato, substrato



da estrutura, aliado ao peso da história discursiva. Sabemos o que nos dizem os dados do senso religioso e da vida prática dos fiéis das igrejas que sustentam o cristianismo – que indicam para uma severa crise com a drástica diminuição de participação de fiéis. No entanto, a negação dos dados, o silêncio sobre os mesmos é uma política de manutenção de um padrão religioso de dominação, cuja performance é da colonial modernidade e suas estratégias.

Mas veja como os antigos discursos teológicos não correspondem mais ao que os fiéis buscam. A promessa de um Reino futuro de Deus deixou de convencer as mulheres trabalhadoras rurais de baixa escolaridade da Comunidade Noiva do Cordeiro, no distrito de Belo Vale – MG, das quais falei antes. O discurso religioso e político da época criou meios de exclusão e excomunhão tão sofisticados que levou a comunidade ao isolamento, à fome, sem acesso à igreja, à saúde, e à educação. Depois de décadas de excomunhão da igreja católica e décadas de fundamentalismo religioso sob uma igreja evangélica, elas começaram a questionar a ideia de que só as pessoas daquela comunidade iriam para o céu. Ora, “o céu é tão grande, o mundo tem tanta gente e só nós ir pro céu?... e assim foi, e largamos a religião”, diz uma delas no documentário sobre a história delas. Discursos religiosos pouco factíveis são fatais nos dias atuais. Essas mulheres optaram pela prática de uma vida comunitária que lembra as comunidades cristãs primitivas – dividiram bens e abdicaram do discurso futurista de promessas do Reino de Deus, de que iriam para o céu caso seguissem rigorosamente os preceitos. De forma semelhante, as pastoras que fundaram suas próprias igrejas ignoraram o discurso blefe da interpretação fundamentalista e conservadora da Bíblia, cujo argumento pauta a continuidade da dominação masculina do espaço sagrado, e respondem com o argumento teológico do “chamado de Deus” para que assumam o sacerdócio. Assim, encontraram uma brecha no discurso teológico e criaram um sacerdócio e comunidades com outro perfil. Em um de seus textos, Rita Segato se refere a uma “politicidade em chave feminina”, que poderia ser recuperada uma vez que foi perdida, censurada, junto a história das mulheres quando a colonial-modernidade consome o mundo aldeia. Estes exemplos que dou sobre as mulheres que rompem com padrões religiosos que perduraram



por séculos, até milênios, me dão ânimo, inspirada nisso que Rita diz sobre a politicidade em chave feminina, eu digo que podemos falar de *uma religiosidade em chave feminina*. Posso dizer isso desde as intuições do feminismo descolonial, para me referir a uma religiosidade de outro espírito- não colonial que parece ressurgir, ou resistir e reaparecer entre as fissuras da colonialidade como subjetividades ativas, irreverentes e reverentes a um novo ou outro espírito.

Letícia Ap. Ferreira Lopes Rocha: O feminismo descolonial evoca o conceito de interseccionalidade de sexo, raça, classe e gênero, como ferramenta conceitual e analítica que permite um olhar a questões ignoradas pelo feminismo hegemônico. Como podemos pensar e trabalhar esta interseccionalidade voltada às mulheres inseridas nos espaços religiosos que, por vezes ainda, sofrem repressão e opressão imposta por um modelo hierárquico masculino?

Anete Roesse: A interseccionalidade nos ajuda a sair do foco unilateral da pesquisa sobre gênero tornou-se cada vez menos crítica, menos feminista. Temos visto de forma recorrente em congressos acadêmicos pesquisas sendo apresentadas como pesquisas de gênero sem a criticidade das teorias feministas, muito menos trazendo os aportes que atravessam a questão de gênero. Neste sentido, a interseccionalidade favorece uma visão mais completa e complexa dos temas que implicam questões de gênero e enfrentam o ocidentalismo das teorias de gênero. Estas quando analisadas também desde as variantes de raça, classe, sexualidade, exigem maior criticidade porque implicam uma pesquisa mais acurada, mais completa de qualquer tema.

No âmbito teológico e religioso cristão no Brasil por longo tempo se trabalhou, desde o feminismo – quando possível – principalmente na perspectiva unilateral de gênero. Agora, desde uma perspectiva interseccional e descolonial, é imprescindível que se assuma o trabalho com a ideia de raça e suas consequências, nas leituras dos textos sagrados nos grupos; as questões de classe devem ser enfrentadas novamente com coragem, haja vista as ameaças aos direitos conquistados no Brasil; e apesar das ameaças e a perseguição à população LGBTQTT e do movimento



conservador da “ideologia de gênero” e das teologias cada vez mais acuadas e aliadas a discurso dominante ainda restam brechas, rupturas possíveis por onde é possível criar e manter modos de vida harmonizados e equilibrados com o “bem viver” e com a verdadeira justiça. O cristianismo não deveria continuar sua parceria com a empreitada colonial, empresarial, midiática, estatal. A interseccionalidade propõe uma escuta ampliada, e mais do que nunca é necessária uma escuta plural, dar voz e escutar as vozes não ouvidas. Ora, podemos partir do fato de que o cristianismo muito pouco escutou as vozes indígenas, as mulheres e os homens, crianças, jovens, adultos, idosos; as vozes do povo negro não foram ouvidas, os jovens homens negros - que hoje são assassinados no Brasil dia a dia, as mulheres negras que suportam os piores salários e os piores trabalhos nesta sociedade e as maiores violências. É fato que cada vez menos, mesmo nas igrejas da Reforma Protestante, cada vez menos se quer ouvir falar dos grupos mais perseguidos e sofridos da sociedade. Ler textos sagrados de diferentes fontes sagradas, reler os textos sagrados desde uma hermenêutica que tome em conta a interseccionalidade e não apenas gênero, apoiar diferentes grupos de pessoas que sentem necessidade de se reunir para vivências e reflexões, motivar e ajudar as pessoas em inserções em movimentos sociais.

É importante que a perspectiva interseccional seja aliada do feminismo descolonial para que não perca o processo histórico no qual se dá esta grande aliança patriarcal, ou, como diz Segato, a frente colonial estatal-empresarial-midiática-cristã, que produz o atual desastre humano e ambiental. A interseccionalidade é uma ferramenta importante por não perder de vista o modo como o capitalismo agencia sua dominação com base nestes pilares que estruturam seu funcionamento.